



DOSSIÊ: HISTÓRIA PÚBLICA NA AMÉRICA LATINA: MEDIAÇÕES DO PASSADO, DEMANDAS SOCIAIS E TEMPO PRESENTE

Culturas negras, memórias e consciência histórica: experiências de história pública

Black Cultures, memories and history consciousness: experiences of public history

Culturas negras, memorias y conciencia histórica: experiencias de historia pública

**Marcos Ferreira de
Andrade¹**

orcid.org/0000-0002-7938-2405
marcos.andrade.ufsj@gmail.com

**Silvia Maria Jardim
Brügger¹**

orcid.org/0000-0002-7502-5144
sbrugger1970@gmail.com

Cássia Rita Louro Palha¹
orcid.org/0000-0002-8558-5153
cassiapalha@ufsj.edu.br

Recebido em: 29/08/2020.

Aprovado em: 22/03/2021.

Publicado em: 31/08/2021.

Resumo: O artigo aborda as experiências do Laboratório de Imagem e Som, vinculado ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São João del-Rei, com base em suas conexões com a História Pública, tendo como destaque dois de seus projetos nucleares: o Memorial Clara Nunes e a Revolta dos escravos de Carrancas. As dimensões teórica e metodológica das narrativas de memórias e culturas negras são então matizadas, abordando as experiências dos projetos com as comunidades em questão. Nessa direção, é destacada a centralidade do compartilhamento e do desenvolvimento da consciência histórica no processo de interação com o público, seja no espaço de memória, seja junto das novas mídias digitais.

Palavras-chave: Culturas negras. Memórias. Consciência histórica. História pública. Mídias digitais.

Abstract: The article discusses experiences of the Laboratório de Imagem e Som, based at the Department of Social Sciences at the Federal University of São João del-Rei, by focusing on its connections with Public History, therefore, it highlights two of its nuclear projects: the Memorial Clara Nunes and the Carrancas' Slave Rebellion. Theoretical and methodological dimensions of narratives regarding memories and black cultures are nuanced, as the experiences of these projects with related communities are addressed. Accordingly, the centrality of sharing and the development of historical consciousness in the process of interaction with the public was highlighted, both in the realm memory and through new digital media.

Keywords: Black cultures. Memories. History consciousness. Public history. Digital media.

Resumen: El artículo aborda las experiencias del Laboratorio de Imagem e Som, vinculado al Departamento de Ciências Sociais de la Universidad Federal de São João del-Rei, de su conexiones con la Historia Pública, destacando dos de sus proyectos nucleares: el Memorial Clara Nunes y la Revuelta de los Esclavos de Carrancas. La dimensión teórica y metodológica de las narrativas de memorias y culturas negras son matizadas abordando las experiencias de los proyectos con las comunidades en cuestión. En esta dirección, se destacó el propósito de la colaboración y del desarrollo de la conciencia histórica en el proceso de interacción con el público, ya sea en el espacio de la memoria, o en conjunto a los nuevos medios digitales.

Palabras clave: Culturas negras. Memorias. Conciencia histórica. Historia pública. Medios digitales.

Introdução

O conceito de “consciência histórica”, recorrente no pensamento alemão, tem suscitado nas últimas décadas debates importantes no campo acadêmico da história. Para Jörn Rüsen, a consciência histórica



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

¹ Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), São João del-Rei, MG, Brasil.

é aquela que aborda “o passado como experiência, nos revelando o tecido da mudança temporal dentro do qual estão presas as nossas vidas, e as perspectivas futuras para as quais se dirige a mudança” (RÜSEN, 2010, p. 57). Em uma perspectiva relacional entre o universal e o individual, o autor convoca-nos a pensar sobre nossa capacidade de constituição de sentidos do e no tempo, como um princípio de nossa própria condição humana. A forma como nos apropriamos e construímos significados diante do antes, do agora e do que virá faz-se presente toda vez que pensamos, falamos e somos convocados a nos posicionar na arena social. Ou seja, a consciência histórica, para Jörn Rüsen, expressa uma efetiva necessidade de compreensão do mundo e de nós mesmos na orientação de nossa vida prática, na forma como elaboramos nossa identidade e nossos laços com a coletividade histórica.

Nessa direção, os limites ou muros do mundo estritamente acadêmico são filosoficamente redimensionados, permitindo-nos fundamentar, segundo Sara Albiéri (2011, p. 27), a passagem entre a história acadêmica e a história pública. Para a autora, essa passagem corresponde à interação com as diversas formas e meios de se historiar, integrando as investigações dos historiadores acadêmicos com o público. Em outras palavras, uma integração entre as múltiplas formas e meios de geração de sentido histórico pautada por um compartilhamento entre a cultura comum ou popular e a acadêmica (ZAHAVI, 2011, p. 28).

Foi com esse espírito que o Laboratório de Imagem e Som, doravante LIS, foi estruturado². Pode-se dizer que desde meados dos anos oitenta, com o processo de redemocratização política do país, os chamados “novos movimentos” e atores sociais (mulheres, homossexuais, negros, sem-terra, entre outros) passaram a reivindicar suas pautas políticas de maneira mais específica. A constituição de laboratórios, centros de estudo e espaços de memória pela organização de acervos materiais, orais e audiovisuais acom-

panhou esse processo, procurando, nas últimas décadas, tangenciar as demandas reivindicatórias de diversas identidades, num exercício chamado pelo historiador francês Pierre Nora (1993) de “dever de memória”. O LIS integra-se a esse movimento maior na perspectiva de uma *História Pública* (ALMEIDA e ROVAI, 2011) promovendo a constituição, a preservação e a socialização de acervos e pesquisas para o público, em suas diversas configurações e tendo como base uma concepção metodológica de compartilhamento entre os sujeitos envolvidos. Nesse caminho trilhado, destacaremos, neste artigo, dois projetos desenvolvidos no LIS que dialogam com as culturas negras, assim como abordam as novas formas de socialização midiáticas dessas memórias para um público mais amplo. Em foco, o Memorial Clara Nunes e a revolta dos escravos de Carrancas.

Memorial Clara Nunes: cultura negra e política

A construção de espaços memoriais é uma tarefa política por excelência. O direito à memória por parte dos diferentes grupos sociais tem produzido movimentos de diversas conotações, tais como: as construções de marcos do tráfico atlântico de escravizados, demarcações de espaços de identidade das populações negras e o recente movimento de derrubada de estátuas dedicadas à exaltação de agentes do escravismo.

Ao realizarmos uma pesquisa sobre a obra da cantora Clara Nunes (1942–1983), deparamo-nos com seu acervo — constituído de objetos e documentos diversificados — e com o desejo de familiares, amigos e políticos de sua cidade natal — Caetanópolis, em Minas Gerais — de construção de um memorial que pudesse abrigá-lo. Então, algumas questões apresentaram-se: por que dedicar um espaço de memória à cantora? Que tipo de história e de memória se produziria nesse local? Como conciliar interesses, olhares e afetos distintos em relação àqueles materiais? Afinal, para os familiares, os objetos remetiam à

² Para conhecer um pouco mais o trabalho realizado no Laboratório de Imagem e Som, ver o site: <https://ufsj.edu.br/lisufsj/> e seus canais nas redes sociais: no Facebook (<https://www.facebook.com/lisufsj/>), no Instagram, (@lisufsj) e no Youtube (https://www.youtube.com/channel/UCuqvLvOgp_jHxIGafcQReKg).

irmã, tia, madrinha falecida precocemente e de forma inesperada. Para os políticos, Clara Nunes aparecia como um nome forte nacionalmente, capaz de se tornar uma marca para a atração de turistas e para o fortalecimento da economia da pequena cidade mineira. Para os fãs, estar perto dos pertences da cantora permitia-lhes reviver ou conhecer aspectos da vida da artista famosa a quem admiravam. Mas qual seria o papel de historiadores nesse processo? Benito Schmidt afirma que uma questão incomoda aos historiadores que se aventuram em projetos para públicos amplos e, acrescentaríamos, diversificados:

Como comunicar-se com setores da sociedade que têm expectativas e visões do passado diferentes daquelas conformadas nos cursos de História? E, ao mesmo tempo, de que maneira ser fiel aos princípios epistemológicos, éticos e mesmo estéticos da disciplina, de forma a não desagradar nossos pares e não “deseducar” nossos alunos? (SCHMIDT, 2016, p. 275).

Nossa compreensão foi a de que devíamos dialogar com as diferentes expectativas, mas também de algum modo pensar o espaço como um campo possível para a problematização da cultura brasileira com base em Clara Nunes e sua obra.

Clara Nunes consagrou-se no cenário musical brasileiro como cantora de diversos gêneros, com destaque para o samba, e pela profunda vinculação com as religiões afro-brasileiras. Não foi a única nem a primeira a entoar músicas relativas à religiosidade negra. No III Festival de Música Popular Brasileira da Record, em 1967, foram apresentadas 191 músicas com referência à umbanda ou a lemanjá, segundo Marcos Napolitano (2001, p. 218). Reginaldo Prandi (2005) identificou cerca de mil músicas com referências às religiões afro-brasileiras, gravadas no século XX. Músicas com essas evocações foram cantadas, entre outros, por Nara Leão, Elis Regina, Gilberto Gil, Maria Bethânia, Gal Costa. Aliás, a presença das religiões afro-brasileiras na música popular contribuiu para diminuir a sua marginalidade na sociedade (PRANDI, 2006, p. 104), e Clara Nunes e seu canto tiveram papel destacado nesse contexto (BRÜGGER, 2008).

Esse destaque de Clara deve-se, por um lado, à deliberada construção de uma imagem “audiovisual

afro-brasileira”, como indicou o radialista Adelzon Alves, que foi seu produtor entre 1970 e 1974; mas também à intensidade de sua relação pessoal com esse universo religioso e ao modo como essa experiência permeava sua vivência artística. Pai Edu, que fez o batismo de Clara na umbanda, afirmou que ela era uma “verdadeira mãe de santo no palco”. Sílvia Brügger indicou que ela fez dos palcos templos (BRÜGGER, 2008, p. 132; BRÜGGER, 2012, p. 194).

Essa identificação de Clara com as religiões negras construiu também a ideia de sua relação com a Bahia, e muitas pessoas chegavam mesmo a supor que ela era baiana. Não foi à toa, por exemplo, que, no ano de 2012, a Escola de Samba Portela — de cuja Velha Guarda foi madrinha e que era a sua agremiação — teve como enredo a visita da escola às festas religiosas da Bahia, ciceroneada pela cantora Clara Nunes (BRÜGGER, 2012, p. 167). Lívio Sansone (2004, p. 194) indica com propriedade que a Bahia é identificada como o lugar por excelência da cultura negra no Brasil, o que passa por uma visão muito difundida nas ciências sociais, desde trabalhos de fins do século XIX, de que os iorubás — predominantes entre os escravizados que se destinaram àquela região — teriam se mantido mais fiéis a suas culturas originárias e preservado com maior pureza e autenticidade os valores e práticas africanos. Em contrapartida, os grupos bantos — que predominaram no Sudeste — teriam sido mais acomodados e suas culturas mais deturpadas e submetidas ao universo europeu. Sansone (2004, p. 112) critica essa visão com base em inúmeros trabalhos acadêmicos que têm demonstrado a importância da cultura banto no Sudeste brasileiro (SLENES, 1991-1992; SLENES, 1999). Os equívocos dessa afirmação — hoje, fartamente demonstrados na historiografia — já eram pontuados por Clara, que indicou a importância de presença africana em Minas, por ocasião do lançamento de seu LP “Brasil Mestiço”, em 1980.

Filha do violeiro Mané Serrador, que organiza Folia de Reis pelas ruas empoeiradas de Paraopeba, Clara Francisca Gonçalves Pinheiro (ou Clara Nunes) explica que sua ligação com os ritmos afros vem desde criança, “pois o negro africano não parou na Bahia. Ele espalhou-se pelo Brasil e foi parar também em Minas”.

E lá, nós conservamos até hoje todo aquele folclore e danças que os africanos trouxeram, como o jongo, a congada, a folia, o reisado, o caxambu e o batuque. Então, eu cresci ouvindo isso, e esta influência bateu forte em mim. (NETO, 1981, p. 10).

Em que pese o uso pela cantora do termo generalizante “africano”, o que cabe destacar é a consciência que ela apresentava, baseada em sua própria vivência, da importância cultural negra no Brasil como um todo e, especialmente, em Minas Gerais. E essa percepção dá-se num momento anterior ao *boom* de trabalhos acadêmicos que demonstraram ter sido Minas a província brasileira com maior contingente escravo, no século XIX (MARTINS, 1983), e ao desdobramento de pesquisas sobre manifestações culturais negras na região, no passado e no tempo presente (MONTEIRO, 2016).

Essa percepção da cantora, manifestada em entrevistas e em sua obra artística, oferece-se a nós como possibilidade para o desenvolvimento do trabalho no Memorial Clara Nunes, em uma perspectiva da história pública. Foi o que fizemos, por exemplo, quando da montagem da exposição “Clara Mestiça”, que ficou à mostra no Memorial entre 2014 e 2018. Procuramos apresentar como, na obra da cantora, mestiçagem e identidade negra se articulam ao invés de se contraporem. Isso porque a mestiçagem afirmada por ela não homogeneiza nem harmoniza as relações sociais. Pelo contrário, no Brasil Mestiço entoadado por Clara, “quanto mais o chicote estala / E o povo se encurrala / O Som mais forte se propala”³. Ou seja, a música e a festa são campos de luta.

A capa do LP “Brasil Mestiço” é emblemática: Clara Nunes descalça, no Morro da Serrinha no Rio de Janeiro, dançando jongo com Vovó Maria Joana Rezadeira e Mestre Darcy ao fundo, tocando atabaque. Como demonstrou Silvia Brügger, o “Brasil Mestiço” é representado na capa do disco pelo jongo, manifestação típica dos povos banto⁴

e que vinha sendo utilizada na luta do movimento negro pelo reconhecimento de sua cultura. Assim, Candeia, Mestre Darcy e Mestre Fuleiro levavam espetáculos de jongo, em 1975, ao Teatro Opinião. Martha Abreu e Hebe Mattos indicam que, nos anos 1970, várias matérias na imprensa destacavam a importância da preservação do jongo (ABREU e MATTOS, 2008). A capa do LP de Clara Nunes junta-se a esse esforço de valorização dessa manifestação e dos jongueiros, representados por Vovó Maria Joana e Mestre Darcy.

Figura 1 – Cerimônia de inauguração do Memorial Clara Nunes em 11 de agosto de 2012, Caetanópolis, MG



Fotografia de Rafael Teodoro Teixeira.

Fonte: Acervo Memorial Clara Nunes.

É nesse sentido que o Memorial Clara Nunes⁵ se propõe a trabalhar com a cantora e de sua obra. Quem busca o espaço para conhecer a cantora famosa encontra informações sobre sua carreira e vida, mas também é provocado a pensar sobre questões que ela abordou em sua arte e que permanecem atuais. Isso é feito em visitas mediadas que provocam reflexões sobre esses aspectos e, principalmente, em oficinas pedagógicas realizadas com alunos do ensino fundamental da rede pública das cidades de Caetanópolis e de Paraopeba⁶.

³ Trecho da música *Brasil Mestiço, Santuário da Fé*, de Paulo César Pinheiro e Mauro Duarte, gravada por Clara Nunes no LP “Brasil Mestiço”, Gravadora Odeon, 1980.

⁴ Martha Abreu e Hebe Mattos (2018, p. 53-54) indicam que os jongs possuem “evidentes marcas africanas”, mas também elementos crioulos e católicos. As autoras remetem ao rico debate, no campo cultural, sobre a contraposição entre “africanismos” e “crioulização”.

⁵ Para conhecer um pouco mais o trabalho realizado no Memorial Clara Nunes, ver o site do Instituto Clara Nunes: <https://www.institutoclaranunes.com/> e seus canais nas redes sociais: no Facebook, <https://www.facebook.com/MemorialClaraNunes>; no Instagram, @memorialclaranunes.

⁶ A equipe pedagógica do Memorial Clara Nunes é formada pelas professoras Silvia Brügger e Cássia Palha (UFSJ), pelo professor Rafael Teodoro Teixeira (Colégio Agostiniano São José) e pela bolsista de extensão Daniele Neves (UFSJ).

Figura 2 – Bandeira da Folia de Reis comandada pelo Sr. Mané Serrador – novembro de 2019



Foto: Rafael Teodoro Teixeira.

Fonte: Acervo Memorial Clara Nunes.

Foi assim que, por exemplo, alunos do ensino integral da Escola Municipal Emilio de Vasconcelos de Caetanópolis foram instigados a pensar sobre a folia de reis. O trabalho partiu da observação da bandeira da folia que era comandada por Seu Mané Serrador, pai de Clara Nunes, na década de 1940. O significado atribuído por ela ao objeto e à atividade do pai pode ser inferido do esforço que ela fez para reaver o estandarte do grupo pouco antes de falecer. Os alunos foram provocados a observar o objeto e formular perguntas com base nele. Nesse processo, buscou-se perceber o que conheciam sobre a folia de reis e eles mesmos informaram que o professor de música da escola era folião. De posse desse dado, a equipe pedagógica do Memorial coordenou a montagem pelos alunos de um roteiro para a realização de entrevista com o professor sobre a folia. Com o resultado da entrevista, eles montaram pequenos textos e desenhos sobre a manifestação que, posteriormente, foram apresentados oralmente e gravados pela equipe do Memorial, consolidando o aprendizado das oficinas na produção de um pequeno vídeo. Nesse processo, os alunos puderam perceber os fios que ligavam a cantora Clara Nunes a experiências que marcam até os dias de hoje as experiências culturais deles próprios, de seus familiares, amigos e vizinhos, ou

seja, que marcam a história do local onde vivem. Aprendem assim a valorizar as manifestações e os sujeitos que as produzem.

Figura 3 – Oficina Pedagógica no Memorial Clara Nunes, ao fundo nicho religioso e imagem da capa do LP “Brasil Mestiço” plotada na parede, 2018



Foto: Rafael Teodoro Teixeira.

Fonte: Acervo Memorial Clara Nunes.

Outras oficinas foram dedicadas a pensar o universo religioso afro-brasileiro do candomblé e da umbanda. Grande parte dos alunos que participam das oficinas, ao observarem pela primeira vez o nicho religioso presente nas duas primeiras exposições do Memorial e no qual santos católicos ladeavam imagens e guias de entidades da umbanda e do candomblé, além de livros kardecistas, expressavam-se com palavras carregadas de estigmas e preconceitos, dizendo que seriam coisas do diabo e identificadas com práticas maléficas. A equipe pedagógica do Memorial procurava, então, apresentar aquele universo religioso por intermédio de narrativas da mitologia dos orixás, das músicas da cantora e da história de construção daquelas religiões. Daí em diante, progressivamente, iam-se quebrando resistências e modificando os olhares sobre aquelas práticas. Ao fim dos ciclos das oficinas, alunos e professores eram convidados a preencher um formulário de avaliação e foi muito positivo observar algumas sinalizações de mudança de posicionamento das crianças após o trabalho realizado.

Em 2019, as oficinas foram realizadas com alunos da Escola Estadual Dr. Teófilo do Nascimento, da Comunidade Quilombola da Pontinha, distrito de

Paraopeba. Nelas, tomando como fio condutor o tambor, os alunos trouxeram para discussão as manifestações culturais da comunidade nas quais esse instrumento se faz presente. E com base nisso se buscou problematizar o papel dos tambores e seus significados nas festas e nas religiões afro-brasileiras. Mais uma vez, buscou-se a aproximação do universo dos alunos com o da cantora famosa, procurando mostrar a importância daquelas práticas e a valorização dos sujeitos que a realizam. Assim, as oficinas contribuem para trabalhar a autoestima dos alunos, a percepção de que são agentes históricos e a valorização de suas identidades culturais.

Nesse sentido, o Memorial Clara Nunes atua em consonância com o campo da história pública, pensando e construindo espaços educativos fora das salas de aula e estimulando o diálogo com diversas comunidades escolares de Caetanópolis e Paraopeba. Nessa interlocução, a equipe do Memorial provoca reflexões caras à história enquanto disciplina e aprende sobre as práticas culturais da região. Busca construir uma educação antirracista e combater a intolerância religiosa, estimulando uma atitude de compreensão e respeito pela diversidade cultural.

Parece-nos que a atuação do Memorial Clara Nunes adquire assim uma conotação política que se coaduna com a percepção que a própria cantora tinha de seu ofício. Não é à toa que ela afirmou ser o seu último LP, intitulado "Nação" — música de Aldir Blanc, João Bosco e Paulo Emilio —, um disco "denso, político" e também o "mais negro, mais terra". De fato, entre os seus discos, é o que apresenta o maior número de músicas que abordam questões ligadas à cultura negra. Mais do que isso, porém, o disco recebe o nome de "Nação", música que foi considerada como hermética, indecifrável por um grande intelectual (CARVALHO, 2004). No entanto, cabe perguntar: para quem ela é hermética? Por que o é? Como mostramos, a chave para a interpretação de "Nação" está em Oxum-maré, divindade jeje, incorporada pelos iorubás — orixá do arco-iris. "Nação da diversidade das cores, (...) da mestiça-

gem, do movimento, da superação da dualidade, da fertilidade, da riqueza" (BRÜGGER, 2012, p. 188).

Na letra de "Nação", a nação-Oxumaré é a canção serena de Dorival Caymmi e o samba de Silas de Oliveira, é Bahia e Rio, é céu e terra, é labarágua (labareda e água), é Sete Quedas em chamas (cachoeira incendiada). Os compositores usam de neologismos, jogando com a ideia de mistura: "labarágua", "verdiamarela", "florirmã". Por outro lado, a grafia "Oxum-maré" pode lembrar a deusa das águas doces — Oxum⁷ — mas também passa a ideia de movimento, de maré. (BRÜGGER, 2012, p. 189).

O conflito e os problemas sociais também se fazem presentes: fome, sede, sangue e um mar de lama. Mas a Nação-Oxumaré é instada a "rebentar a louça", ou seja, a uma atitude de revolta, de luta, e a "dançar em seu mar de lama" — lama que, na mitologia dos orixás, é elemento de criação, de transformação e de vida (BRÜGGER, 2012, p. 191). Assim, entendemos que o hermetismo de "Nação" se encontra, para parafrasear Robert Slenes, no olhar branco, que desconhece o universo cultural e religioso negro (SLENES, 1988). A afirmação dessa incompreensão reforça a importância política de um ensino antirracista, que estimule a compreensão desse universo cultural negro tão entoado por Clara Nunes; a importância de se quebrar com o "olhar branco" que continua a invisibilizar sujeitos e culturas negras.

Com esse mesmo objetivo de contribuir para uma educação antirracista em consonância com as preocupações da história pública, desenvolveu-se o trabalho abordado a seguir sobre a história da revolta de Carrancas.

Revolta de Carrancas: interface com a comunidade e as novas mídias de divulgação científica

A percepção da importância da atuação negra na história tem sido destacada também na temática das rebeliões escravas. A impressionante história da revolta dos escravos de Carrancas tem ganhado cada vez mais espaço de divulgação, tanto nos estudos acadêmicos quanto para um público mais amplo. A repercussão da revolta em outros espaços

⁷ Na umbanda, Oxumaré não é cultuado como no candomblé, mas visto como uma qualidade de Oxum.

para além dos estritamente académicos, como, por exemplo, nas comunidades onde a rebelião aconteceu e nas mídias sociais, é o foco de nossa análise.

Segundo os estudos de Marcos Andrade, a revolta ocorreu no dia 13 de maio de 1833, nas propriedades da família Junqueira, localizadas no distrito de Carrancas, pertencente à vila de São João del-Rei, província de Minas Gerais. O levante atingiu três fazendas e teve início na Campo Alegre, de propriedade do deputado liberal Gabriel Francisco Junqueira. Ele era um dos representantes da ala liberal moderada em Minas e estava na cidade do Rio de Janeiro quando a insurreição foi iniciada. Liderados por Ventura Mina, os escravos mataram primeiramente o filho do deputado a pauladas, quando ele supervisionava o trabalho dos cativos na roça. Não atacaram a sede da Campo Alegre porque ela já estava guarnecida. Então partiram para a fazenda Bela Cruz, de propriedade do irmão do deputado. Ventura Mina, Joaquim Mina e os demais escravizados daquela propriedade atacaram de surpresa a sede da fazenda e mataram todos os que ali residiam, no total de oito pessoas. Também prepararam uma emboscada para o genro de José Francisco Junqueira, Manoel José Costa, que foi morto pelo grupo que ficou à sua espera. Mataram-no a pauladas, assim que cruzou a porteira. O grupo liberado por Ventura Mina seguiu para a terceira fazenda, a Jardim, de João Cândido da Costa, também aparentado dos Junqueira. O proprietário armou dois cativos de confiança, prendendo os demais na senzala. Já era noite quando Ventura Mina e dezenas de escravizados, acompanhados também de mulheres e crianças, chegaram à porteira da fazenda. Ali ocorreu o único confronto e que pôs fim à insurreição. Ventura Mina e mais quatro escravos foram mortos a tiros e o restante do grupo dispersou-se e embrenhou-se nas matas da redondeza, sendo capturados dias depois (ANDRADE, 1998/1999, p. 45-82; ANDRADE, 2014, p. 334-358).

Trata-se de uma das rebeliões escravas mais sangrentas do Sudeste brasileiro, com grande repercussão na macropolítica do Império. O número de mortos foi expressivo: cinco escravos, duas pessoas “de cor” e nove membros da fa-

mília senhorial. O terror causado pela revolta de Carrancas entre as elites da região e o governo da Regência resultou na maior condenação coletiva à pena de morte da história da escravidão brasileira (16 cativos foram enforcados em praça pública na vila de São de João del-Rei). O episódio deu origem ainda ao debate que resultou em uma lei de exceção, a lei de 10 de junho de 1835, aprovada dois anos mais tarde (ANDRADE, 2017, p. 264-289; RIBEIRO, 2005, p. 43-67).

Nos últimos três anos, temos desenvolvido uma investigação sobre a memória oral do cativo nos municípios mineiros de Carrancas, Cruzília e São Tomé das Letras. Muitas das fazendas antigas do século XIX ainda podem ser encontradas nas áreas rurais das referidas municipalidades. A investigação, realizada de acordo com os pressupostos metodológicos da história oral (FERREIRA & AMADO, 1998; ALBERTI, 2007; MEHY, 2007; GOMES, 2020), tem registrado vários aspectos relacionados ao passado escravista, tanto relativos ao trabalho cotidiano nas fazendas quanto às formas de tratamento dos escravizados, além de algumas referências ao levante de Carrancas que aparecem nas narrativas dos entrevistados. A historiografia brasileira, embora com bastante atraso, tem apresentado resultados bastante significativos em relação à memória do cativo, com pesquisas realizadas segundo a metodologia de história oral e da construção de uma história compartilhada (RIOS & MATTOS, 2005; WEIMER, 2010; RODRIGUES, 2013; SOUSA, 2020).

A investigação com fontes orais impõe desafios ao se trabalhar com histórias de vida e de grupos sociais coletadas em entrevistas. Por outro lado, também exige uma reflexão sobre memória individual e coletiva e suas correlações. Desde a clássica contribuição de Maurice Halbwachs sobre o tema e passando pelas considerações de Michael Pollak, na década de 1990, somos alertados de que o que se produz nas entrevistas são memórias individuais, mas que podem fazer parte da memória familiar, de grupo ou mesmo de uma região, ou seja, da memória coletiva e social.

A priori, a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio

da pessoa. Mas Maurice Halbwachs, nos anos 20-30, já havia sublinhado que a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes. (POLLAK, 1992, p. 201).

As reflexões de Michael Pollak vêm justamente apontar para a correlação entre os elementos constitutivos da memória individual, acontecimentos vividos individualmente, e os acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual o indivíduo pertence, ou seja, "vividos por tabela" (POLLAK, 1992, p. 201). Considerando esses aspectos, a discussão é bastante pertinente para se pensar as possibilidades de investigação da memória do cativo do sul de Minas por meio do registro das histórias de vida pessoal, familiar e dos grupos dos descendentes dos escravizados na região estudada e em relação à revolta de Carrancas.

Também é necessário situar o papel do historiador ao tratar a memória como objeto da história. Segundo Pierre Nora, a memória histórica "é ela própria a memória coletiva do grupo dos historiadores" (NORA, 1990, p. 450). A memória histórica tem função analítica e crítica. Portanto, pensar o papel social e intelectual do historiador na atualidade e em seus objetos de investigação significa não só estabelecer a distinção entre História e memória, mas também discutir as especificidades

e a metodologia de produção das fontes orais e tratar a memória como objeto de investigação histórica. Ulpiano Menezes, ao refletir sobre a problemática da memória nas ciências sociais, faz um alerta importante nesse sentido e que consideramos oportuno ampliar para a infinidade de registros históricos que são utilizados na produção de determinada representação historiográfica do passado, especialmente da oralidade. Segundo o autor, "o historiador não pode abandonar sua função crítica; a memória precisa ser tratada como objeto da História" (MENEZES, 1992, p. 23). Ainda que a produção das fontes orais coloque a dimensão pública e de autoridade compartilhada, cabe ao historiador também empreender uma reflexão sobre os usos e abusos da "memória exercitada" (RICOUER, 2007, p. 71-104) e da produção de sua representação historiográfica.

Levando em conta esses aspectos, gostaríamos de chamar a atenção para algumas atividades que foram realizadas como resultado da divulgação dos trabalhos acadêmicos relativos à história da revolta dos escravos de Carrancas, que podem ser analisadas segundo a sua dimensão e implicações públicas: duas palestras realizadas nas comunidades de Carrancas e de Cruzília, respectivamente, e a produção de um vídeo de divulgação científica.

Figura 4 – Palestra na Escola Estadual Sara Kubistcheck – Carrancas/MG – novembro de 2019



Foto: Henrique Wellerson Rodrigues.

Fonte: Acervo do LIS.

Figura 5 – Palestra no Museu Nacional do Cavallo Mangalarga Marchador – Cruzília/MG – novembro de 2019



Foto: Henrique Wellerson Rodrigues.

Fonte: Acervo do LIS.

As palestras foram realizadas no mês de novembro de 2019. A primeira ocorreu na Escola Estadual Sara Kubitschek, na cidade de Carancas, e contou com a participação expressiva de professores, alunos e demais membros da comunidade. A segunda foi realizada no Museu Nacional do Cavallo Mangalarga Marchador, na cidade de Cruzília, e contou com a presença de professores, alunos, membros da comunidade e de trabalhadores da Articulação dos Empregados Rurais (ADERE-MG) do Sul de Minas. Ambas as atividades contaram com a participação de centenas de pessoas e revelaram o interesse cada vez maior da comunidade por seu passado escravista e pela história do levante. Dessa forma, procuramos estabelecer um diálogo entre o saber acadêmico e o produzido pela comunidade local. Os debates gerados após a realização dessas atividades suscitaram algumas reflexões. Algumas podem até ser consideradas óbvias, mas são importantes de serem mencionadas. As gerações mais jovens desconheciam a importância que a estrutura escravista teve no passado setecentista e oitocentista da região e muitos desconheciam a história da revolta. As gerações mais velhas

possuíam algumas referências sobre o passado escravista e até mesmo em relação ao levante, mas de forma muito fragmentada.

Chamou-nos a atenção a leitura do tempo presente feita pelos trabalhadores da ADERE-MG que estavam presentes na palestra realizada em Cruzília, ao denunciarem a prática de trabalho escravo contemporâneo em algumas fazendas do sul de Minas. Segundo o relatório oficial do Ministério Público do Trabalho (MPT), em matéria publicada pela Agência Brasil, ligada à Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), no ano de 2019 foram realizados 1,7 mil procedimentos de investigação da prática de aliciamento e tráfico de trabalhadores em condições semelhantes ao trabalho escravo no Brasil. As áreas rurais registraram quase 90% dos casos, com os produtores de carvão vegetal e de café liderando a lista. Dos casos análogos ao trabalho escravo registrados no país, o estado de Minas Gerais lidera o *ranking* tanto das 45 ações de fiscalização quanto dos 468 trabalhadores encontrados em condições semelhantes às da escravidão. Os dados foram divulgados no dia 28 de janeiro de 2020, Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo⁸. Portanto,

⁸ O dia 28 de janeiro é considerado o Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo no Brasil. A data é uma homenagem aos auditores-fiscais do Trabalho que foram covardemente assassinados quando se deslocavam para fazer uma fiscalização de denúncias de trabalho escravo em Unai. Apesar da condenação dos envolvidos 16 anos depois, eles ainda recorrem da sentença em liberdade (MELO, 2020). Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-01/brasil-teve-mais-de-mil-pessoas-resgatadas-do-trabalho-escravo-em>. Acesso em: 23/08/2020.

de certo modo, não estamos tratando somente do passado escravista e de suas consequências para a região estudada, mas também de como

parte da comunidade dele se apropria e o utiliza para entender, denunciar e mudar as condições de trabalho no tempo presente.

Figura 6 – Frame 00:39' do vídeo "O outro 13 de maio" – Imagem da fazenda Bela Cruz – Cruzília/MG



A outra atividade foi a produção de um vídeo realizado em parceria com o Arquivo Público Mineiro, divulgado em maio de 2020, que teve o objetivo de refletir sobre "o outro 13 de maio", para além da abolição da escravatura⁹. As produções filmicas da Instituição estão diretamente ligadas às reflexões que vêm sendo objeto de divulgação em função das comemorações dos 300 anos de Minas Gerais. O vídeo produzido tem pouco mais de seis minutos, e nele realizamos uma breve narrativa da revolta, dando ênfase à leitura da conjuntura política feita pelos escravos, especialmente à apropriação que fizeram do contexto de cisão e das disputas entre os agrupamentos políticos da província de Minas de Gerais no período das Regências. As plataformas utilizadas para divulgação foram *Facebook* e *Instagram*, por meio do IG-TV. A repercussão do vídeo foi imensa. Na página do *Facebook* do Arquivo Público Mineiro, o vídeo foi compartilhado mais de 300 vezes, obteve mais de 15 mil visualizações em três semanas e foi alvo de muitos comentários nas redes sociais. Muitos deles destacavam o desconhecimento da história

da revolta. Outros apontavam a sua importância para a história da luta dos negros pela liberdade no Brasil e destacavam como o vídeo constituía uma boa ferramenta para ser utilizada no ensino de história. Essa repercussão serviu também para a divulgação dos textos acadêmicos sobre a revolta e para que os interessados pudessem aprofundar mais o assunto.

As experiências aqui brevemente relatadas apontam para a necessidade de refletirmos sobre as dimensões da história pública, das investigações que tenham a memória como objeto e da produção historiográfica em tempos digitais. Se, em relação às palestras realizadas, o objetivo principal da atividade foi o de propiciar um retorno à comunidade das investigações ali realizadas e que trouxeram à tona questões do tempo presente, na produção do vídeo, uma outra problemática que se colocou foi a da utilização dos meios digitais para a divulgação das produções acadêmicas. Como já ressaltado por Daniel Cohen e Roy Rosenzweig, a História, em tempos digitais, pode usufruir de sete qualidades na sua produção: "capacidade, acessibilidade, flexibilidade, diversidade, manipulabilidade, interati-

⁹ Disponível em: <https://www.facebook.com/286951174691788/videos/275510523590615>. Acesso em: 05 mar. 2021.

vidade e hipertextualidade" (*apud* MAYNARD, 2016, p. 89). Para além da capacidade, das possibilidades de acesso a fontes digitalizadas, da flexibilidade e da diversidade que a *web* possibilita, ampliando o trabalho do historiador sem prescindir da função de crítica rigorosa das fontes e de todo o processo de sua produção, mesmo em meios digitais, talvez as questões mais urgentes que se coloquem são aquelas referentes à manipulabilidade e à interatividade. São aspectos recentes e desafiadores da divulgação científica em meios digitais e das possíveis apropriações, manipulações, usos e abusos. Como referimos anteriormente, se essas preocupações devem fazer parte da rotina do historiador em relação a qualquer tipo de fonte (manuscrita, impressa, oral, iconográfica etc.), a mesma função crítica deve estar presente em relação à produção historiográfica que tenha os meios digitais como forma de divulgação. Sobre a experiência mencionada, o debate gerado na *web* após a divulgação do vídeo abriu espaço para oferecer maiores esclarecimentos e despertar o interesse na história da revolta.

Considerações finais

Os dois recortes em questão fundamentaram-se no compartilhamento de um historiar entre a academia e as comunidades envolvidas presente tanto no processo da composição narrativa — autoria entre pesquisador(a)/entrevistado(a) — quanto no universo de sua recepção (ampliação do público); um compartilhamento que tampouco prescinde de sua capacidade de acionar/promover os laços dialógicos (FREIRE, 1983) que envolvem uma educação histórica. Na perspectiva de Jörn Rüsen (2015), trata-se da promoção de nossa competência narrativa, de desenvolvermos nossa constituição de sentido histórico com a interpretação de nós mesmos e de nosso mundo.

Tanto nas oficinas pedagógicas do Memorial Clara Nunes quanto na divulgação comunitária e midiática da revolta dos escravos de Carrancas, três dimensões básicas dessa competência geral de "dar sentido ao passado" delinearam-se. Segundo Jörn Rüsen, elas dizem respeito às competências para a experiência, para a interpretação e para

a orientação históricas (RÜSEN, 2010, p. 59–60). Na experiência elaboramos nossa sensibilidade para a identificação e para o contato com as fontes e registros do nosso passado; na interpretação acionamos o todo temporal e aprendemos a diferenciar os pensamentos e práticas dos homens no tempo e na orientação, tornamo-nos mais conscientes das rupturas e das continuidades desse caminho. É na orientação que nos posicionamos de maneira mais crítica no nosso presente, reelaborando nossas identidades com base no conhecimento histórico. Instigar a ressignificação dos trânsitos religiosos na sociedade brasileira com alunos que visitam pela primeira vez um espaço de memória ou promover reflexões sobre práticas de trabalho escravo contemporâneo em terras que, no passado, viveram uma revolta escrava, como a de Carrancas, permite-nos pensar na potência dessa educação.

Se é por meio de narrativas que construímos nossa consciência histórica e nossos elos de constituição identitária no tempo, a produção do LIS dirige-se para os múltiplos olhares dos sujeitos sociais, suas perspectivas e representações do passado. Em tempos difíceis como o que ora atravessamos, que essas reflexões possam nos orientar para um presente mais consciente e para um futuro mais promissor.

Agradecimentos

Nosso agradecimento ao Programa de Capacitação Docente/Projeto "Memória e comunidades de sentido: percursos historiográficos" (PROCAD) da CAPES, que propiciou bolsas de iniciação científica e de pós-doutoramento aos integrantes do LIS, bem como ao Programa de Extensão da Universidade Federal de São João del-Rei que, desde 2018, tem propiciado o financiamento de bolsas de extensão aos nossos acadêmicos, além de parceria na promoção de eventos e atividades afins.

Referências

ABREU, Martha; MATTOS, Hebe Maria. Jongo: registros de uma história. In: LARA, Sílvia Hunold; PACHECO, Gustavo. (Orgs.) *Memórias do jongo: As gravações históricas de Stanley Stein, Vassouras, 1949*. Rio de Janeiro: Folhas Secas, 2008.

_____. Festas e lutas políticas: das festas do 13 de maio às festas do Quilombo de São José da Serra, RJ, 1888-2011. In: ABREU, Martha; XAVIER, Giovana; MONTEIRO, Livia; BRASIL, Eric. (Orgs.) *Cultura Negra: festas, carnavais e patrimônios negros*. Niterói: EDUFF, 2018.

ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2007.

ALBIERI, Sara. História pública e consciência histórica. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. (Orgs.). *Introdução à história pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011, p.19-28.

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. (Orgs.). *Introdução à história pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

ANDRADE, Marcos Ferreira de. Rebelião escrava na Comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais: o caso Carrancas. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 21-22, p. 45-82, 1998-1999.

_____. *Elites regionais e a formação do estado Imperial brasileiro*: Minas Gerais Campanha da Princesa (1799-1850). 2ª Ed. Revista e atualizada. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

_____. A pena de morte e a revolta dos escravos de Carrancas: a origem da "lei nefanda" (10 de junho de 1835). *Tempo*, v. 23, n. 2, p. 264-289, Niterói, Mai 2017.

CARVALHO, José Murilo de. O Brasil de Noel a Gabriel. In: CAVALCANTE, Berenice; STARLING, Heloisa; EISENBERG, José. (Orgs.). *Decantando a República – Inventário Histórico e Político da Canção Popular Moderna Brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; SP: Fundação Perseu Abramo, 2004.

BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. Brasil Mestiço pede a bênção, Mãe África. In: _____. (Org.) *O canto mestiço de Clara Nunes*. São João del Rei: UFSJ, 2008.

_____. Clara Nunes e as Religiões Afro-brasileiras. In: DAIBERT JÚNIOR, Robert; PEREIRA, Edmilson de Almeida. (Orgs.). *No Berço da Noite*: Religião e arte em encenações de subjetividades afrodescendentes. Juiz de Fora: Museu de Arte Murilo Mendes, 2012.

FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 12ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GOMES, Angela de Castro. *História oral e historiografia: questões sensíveis*. São Paulo: Letra e voz, 2020.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

MAYNARD, Dilton Cândido Santos. Sobre tempos digitais: tempo presente, história e internet. In: GONÇALVES, Janice. (Org.) *História do tempo presente: oralidade, memória, mídia*. Itajaí, SC: Casa Aberta, 2016, p. 77-100.

MEHY, Jose Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. *História oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto, 2007.

MELO, Karine Melo. Brasil teve mais de mil pessoas resgatadas do trabalho escravo em 2019. *Agência Brasil – Empresa Brasileira de Comunicação*, Brasília, 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-01/brasil-teve-mais-de-mil-pessoas-resgatadas-do-trabalho-escravo-em#>. Acesso em: 23 ago. 2020.

MARTINS, Roberto B. Minas Gerais, século XIX: tráfico e o apego à escravidão numa economia não-exportadora. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 13, n 1, p. 181-209. 1983.

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, v. n. 34, p. 9-24, São Paulo, 1992.

MONTEIRO, Livia N. *A congada é do mundo e da raça negra: memórias da escravidão e da liberdade nas festas de congada e moçambique de Piedade do Rio Grande – MG (1873 – tempo presente)*. 2016. 265 f. Tese (Doutorado em História). – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

NETO, Oswaldo. O claro canto do Brasil Mestiço. *Revista Grande Hotel*, ano XXXIV, n. 1715, p. 10, 1981.

NORA, Pierre. Memória colectiva. In: LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques. *A nova história*. Coimbra: Edições Almedina, 1990, p. 451-454.

_____. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.

PRANDI, Reginaldo. *Segredos guardados: orixás na alma brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

_____. Referências Sociais das Religiões Afro-Brasileiras: sincretismo, branqueamento, africanização. In: CAROSO, Carlos; BACELAR, Jeferson. (Orgs.). *Faces da tradição afro-Brasileira: religiosidade, sincretismo, anti-Sincretismo, reafricanização, práticas terapêuticas, etnobotânica e comida*. Rio de Janeiro/Salvador: Pallas / CEAO, 2006.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, v. 5, p. 200-212, Rio de Janeiro, 1992.

RICOUER, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alan François et al. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

RIOS, Ana Lugão; MATTOS, Hebe Maria. *Memória do cativo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

RIBEIRO, João Luiz. *No meio das galinhas as baratas não têm razão: a lei de 10 de junho de 1835. Os escravos e a pena de morte no Império do Brasil. 1822-1889*. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

RODRIGUES, João Lucas. "Serra dos Pretos": trajetórias de famílias entre o cativo e a liberdade no Sul de Minas (1811-1960). 2013. 242 f. Dissertação (Mestrado em História). – Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2013.

RÜSEN, Jörn. *Teoria da História: uma teoria da história como ciência*. Editora UFPB, 2015.

SCHMIDT, Benito Bisso. O historiador-curador: A experiência de realizar uma exposição histórica voltada a públicos diversos In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabelo de; SANTHIAGO, Ricardo. (Orgs.). *História pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende. (Orgs.). *Jörn Rüsen e o ensino de história*. Curitiba: Editora UFPR, 2010.

SLENES, Robert W. Lares negros, olhares brancos: histórias da família escrava no século XIX. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 8, n. 16, p.189-203, 1988.

_____. "Malungu, Ngoma vem!": África coberta e descoberta no Brasil". In: Redescobrir os Descobrimentos: as descobertas do Brasil. *Revista USP*, SEd. 12, 1991-1992.

_____. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1999.

SOUSA, Kátia Maria de. *Jaguara e Palmital: formação e transmissão do patrimônio rural às comunidades remanescentes quilombolas na comarca do Rio das Mortes*. 2020. 121 f. Dissertação (Mestrado em História). – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2020.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. "O meu avô me contava": dinâmicas de circulação da memória do cativo entre descendentes de escravos. Osório, século XX. *História Oral*, v. 13, n. 2, p. 65-87, 2010. <https://doi.org/10.51880/ho.v13i2.140>

ZAHAVI, Gerald. Ensinando história pública no século XXI. In: ALMEIDA, Juniele Rabelo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.). *Introdução à história pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p. 53-63.

Marcos Ferreira de Andrade

Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF, Niterói, RJ, Brasil), professor da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) em São João del-Rei, MG, Brasil.

Silvia Maria Jardim Brügger

Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF, Niterói, RJ, Brasil), professora da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) em São João del-Rei, MG, Brasil.

Cássia Rita Louro Palha

Doutora em Comunicação e História pela Universidade Federal Fluminense (UFF, Niterói, RJ, Brasil), professora da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) em São João del-Rei, MG, Brasil.

Endereço para correspondência

Marcos Ferreira de Andrade / Silvia Maria Jardim Brügger / Cássia Rita Louro Palha

Universidade Federal de São João del-Rei, Campus Dom Bosco, Departamento de Ciências Sociais

Praça Dom Helvécio, 74

Fábricas, 36301160

São João del-Rei, MG, Brasil

Os textos deste artigo foram revisados pela Zeppelini Publishers e submetidos para validação da autora antes da publicação.